

ENSINO MÉDIO E TRABALHO: PERCEPÇÕES NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Elaine Vieira Pinheiro

Eliane Cleide da Silva Czernisz

Resumo

Este trabalho analisa os encaminhamentos para o Ensino Médio integrado à educação profissional. Tem como objetivo investigar as contradições presentes no sistema educacional do Estado do Paraná, no que diz respeito ao papel e ao sentido da educação. Buscamos responder: Como as propostas para formação no ensino médio paranaense foram apresentadas nas pesquisas publicadas nas reuniões regionais da ANPED Sul, no período de 1998 a 2014? Optou-se por este evento, por nele serem apresentadas pesquisas dos estados que compõem a região Sul do país, dentre estes, o Paraná, foco deste estudo. Além do levantamento, expomos discussões bibliográficas que tratam desta temática. Tais discussões contribuem para o entendimento dos contextos político, econômico e social vivenciados nos anos de 1990 que originaram encaminhamentos políticos para o Ensino Médio e profissional em nível nacional e estadual. Assim sendo, destacamos um panorama das transformações ocorridas no contexto macro relacionadas ao Ensino Médio a fim de possibilitar diálogos e reflexões com os resultados apresentados. As pesquisas selecionadas apresentam um posicionamento crítico, quando expressam o entendimento do sentido assumido por este nível de ensino no contexto neoliberal, como alicerce para o desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Ensino Médio. Educação e Trabalho. Paraná.

INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste trabalho compõem uma pesquisa que analisa o Ensino Médio integrado à educação profissional no contexto paranaense, enfatizando o período de transição do Decreto 2.208/1997 para o 5.154/2004. Tem como objetivo investigar as contradições presentes atualmente no sistema educacional do Estado do Paraná, no que diz respeito ao papel, ao sentido da educação e ao público a quem se destina.

Para discutir e nortear as reflexões desenvolvidas na pesquisa, apropriamo-nos dos apontamentos de Frigotto e Ciavatta (2011, p. 621) que afirmam que, para discutir o Ensino Médio, é importante situá-lo nas “[...] mediações que o constituem como parte de uma totalidade histórica”. Deste modo, apresentamos o Ensino Médio nos meandros históricos que envolvem questões econômicas, políticas e sociais como norteadores de seu desenvolvimento. Este percurso metodológico permite contemplar a totalidade, a contradição, a mediação, a reprodução, a práxis e a hegemonia como categorias necessárias ao estudo das políticas educativas.

Acrescentamos que o campo educativo se apresenta como um cenário de disputas, no qual, conforme salienta Dourado (2007), é basilar verificar as ações políticas dos diversos

sujeitos e contextos institucionais, que sofrem influências diretas e indiretas, mediante regulações, orientações e compromissos assumidos pelo estado nacional e estadual, em congressos, conferências etc., organizados por organismos multilaterais. Isso denota a compreensão de que

[...] é fundamental não perder de vista que o processo educativo é mediado pelo contexto sociocultural, pelas condições em que se efetiva o ensino-aprendizagem, pelos aspectos organizacionais e, conseqüentemente, pela dinâmica com que se constrói o projeto político-pedagógico e se materializam os processos de organização e gestão da educação básica (DOURADO, 2007, p. 922).

Por isso fez-se necessário demarcar o contexto de análise a que se refere o presente trabalho, para evidenciar as lutas políticas, os anseios de educadores e instituições que envolvem a educação. Destacamos a conjuntura dos anos de 1990, já que é, neste momento, que as políticas neoliberais se tornam mais aparentes no Brasil, exibindo um panorama de intensas reformas políticas, econômicas e sociais, concretizadas via reforma do aparelho estatal, encabeçada por Bresser Pereira (1995) na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002).

Com o entendimento de que um projeto de educação não se dissocia do projeto de sociedade, o Brasil estabelece reformas para a educação básica, dentre as quais, destacamos as relativas ao Ensino Médio. Tais reformas foram discutidas por pesquisadores brasileiros no decorrer desse período e trazem razões históricas, políticas e educacionais que estão presentes em dissertações e teses de pesquisadores, desde a década de 1990, e têm chamado a atenção para as alterações processadas no Ensino Médio. Em função deste panorama, realizamos um balanço das produções acerca do objeto. Para tanto, selecionamos as reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED Sul, ocorridas de 1998 a 2014. O período iniciado em 1998 se justifica por ser o momento em que têm início as reuniões regionais, e também por envolver as alterações promovidas pela LDB 9.394/96. Ressaltamos que tal período é anterior à promulgação e à normatização dos decretos, mas é importante, já que traz os antecedentes históricos, com os quais podemos destacar os interesses norteadores das alterações desenvolvidas no ensino médio e profissional integrado.

Nesse percurso da pesquisa, buscamos responder: Como as propostas para formação no Ensino Médio paranaense foram apresentadas nas pesquisas publicadas nas reuniões regionais da ANPED Sul, entre 1998 e 2014? Por conseguinte, procedemos ao levantamento dos trabalhos apresentados, desenvolvendo um estudo do Estado do Conhecimento, conforme destacaram Romanowski e Ens (2006). Em nosso entendimento da análise desenvolvida pelas

autoras, o Estado do Conhecimento envolve o levantamento, a análise e discussão de pesquisas que são apresentadas ou organizadas em apenas um setor, como no caso aqui delimitado, nas Reuniões da ANPED-Sul. De acordo com as autoras, tais investigações, em apenas um setor, não configuram o desenvolvimento de um estudo do tipo Estado da Arte, que exige o levantamento simultâneo em vários setores em que uma temática possa ser apresentada, como eventos, banco de teses e dissertações, periódicos científicos etc. Ressaltamos também que as pesquisas que levantam e analisam o Estado do Conhecimento sobre uma determinada questão ou determinada área são pesquisas qualitativas de cunho bibliográfico.

Para organizar a discussão originada deste percurso metodológico, apresentamos, num primeiro momento, algumas considerações sobre o desenvolvimento da política de Ensino Médio, ampliado a partir de 1990, com destaque para as principais alterações ocorridas. Numa segunda etapa, situamos as pesquisas levantadas nas Reuniões regionais da Anped-Sul.

Contextualização do Ensino Médio

O período que demarcamos para desenvolver a pesquisa sobre o Ensino Médio é importante pelo momento político vivenciado pelo Brasil, que passou por reformas políticas, econômicas e sociais, devido à adoção de um novo projeto para a sociedade brasileira, a saber, o projeto neoliberal.

Nas análises de Frigotto e Ciavatta (2011), é destacado o ano de 1980 como momento histórico em que, na América Latina, ocorre um alinhamento dos países às políticas neoliberais. Os autores destacam:

Em termos reais, isto significa sociedades em que suas classes dominantes, associadas de forma ativa, mas subordinadas aos grandes centros hegemônicos do capital, abrem espaço à expansão do capital, mormente o capital financeiro, cujo único fim é especular para auferir lucros, independente da produção (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2011, p. 621).

Esse resultado reafirma o Consenso de Washington como expressão desse encaminhamento econômico político em seu conteúdo prático e político. De acordo com Frigotto e Ciavatta (2011, p. 623), mesmo com a Constituição Brasileira de 1988, é possível verificar não terem ocorrido grandes avanços. O que se concretizou foi “[...] um percurso controvertido entre as lutas da sociedade, as propostas de governo e as ações, entraves e omissões no exercício do poder”.

Esses dados conferem com os argumentos de Mello e Falleiros (2005), que afirmam ser a década de 90, o período em que, mediante a reforma do Estado em 1995, e a posse de Fernando Henrique Cardoso como presidente da república em janeiro de 1995, o neoliberalismo, enfaticamente, se concretizou no Brasil.

Bresser Pereira, Ministro da Fazenda no ano de 1987, deu início às reformas com a elaboração do documento piloto, intitulado: “Plano Diretor da Reforma do Estado” (1995), cujo cerne eram os pressupostos para a reforma do aparelho do Estado brasileiro. Assim: “Os oito anos subsequentes foram dedicados à implantação do novo projeto societário no país, em consonância com o projeto de sociabilidade defendido pelos grandes organismos do capital internacional.” (MELO e FALLEIROS, 2005, p. 76).

Tais reformas representam a mudança na relação entre o Estado e a sociedade, pois, pela Constituição Federal de 1988, o Estado figurava como benfeitor dos direitos sociais, o que o tornava muito caro sob o ponto de vista neoliberal. Na visão apresentada pelo Plano Diretor, o Estado deveria ser reformado nos seguintes pilares: privatização (organização estatal para organização de direito privado), publicização e terceirização (licitação pública e contratos), com destaque para as privatizações, que se tornaram “[...] uma das palavras de ordem dos governos neoliberais de todo o mundo” (MARTINS, 2009 p. 49).

Por meio de tais reformas, o Brasil adota o modelo fidedigno proposto pelo neoliberalismo. Promovendo, fornecendo e regulando as condições necessárias à sua implementação, o Estado então assumiu importante papel no aprofundamento de tais políticas de exploração, direcionando-as a seus demais subsistemas

[...] foi nesse mesmo viés político-ideológico que o tema educacional foi fortemente destacado nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, aparecendo como base de sustentação da competitividade (individual e social) dos anos 90, tendo como palavra chave e consensual a qualidade, mas sob o enfoque produtivo (RAMOS, 2012, p.64).

A educação, neste momento, sofreu influências diretas para ser adequada às necessidades do capitalismo. Tornando-se mola mestra no fornecimento de mão de obra, esta passou a adotar os princípios administrativos em suas bases, tais como: eficiência, eficácia, foco nos resultados e gestão descentralizada. Tais conceitos que foram trazidos pelo gerencialismo configuravam uma cultura instalada, associada à tecnologia, para aperfeiçoar seus resultados. Estes encaminhamentos podem ser verificados em duas frentes conforme Silva e Soares (2014): uma com a gestão da escola pública, quando passa a valer-se de programas de avaliação como termômetro para investimentos em educação, a outra frente diz

respeito às propostas para formação no Ensino Médio que, como pode ser visto em Frigotto e Ciavatta (2011), oscilam entre as perspectivas da formação omnilateral e o direcionamento da formação para o atendimento do mercado.

Ramos (2012) colabora com este entendimento, quando diz que o Ensino Médio, com a aprovação da LDB 9.394/96, passa a figurar como etapa da educação básica e, com o Decreto n. 2.208/97, promove a regulamentação das possibilidades de profissionalização nos níveis básico, técnico e tecnológico. Ambas as normativas foram amplamente discutidas e questionadas, pois traziam consigo novas orientações para o Ensino Médio e profissional, assim como os pressupostos que reforçavam o já existente ideário de uma sociedade norteada por interesses mercantis. Saviani (1997), alerta que a fragmentação da formação profissional em níveis diferenciados explicitava o papel que a escola pública passava a ter na formação de mão de obra para o mercado e, dissociada da educação básica, minava a possibilidade de formação omnilateral, objetivo da luta de educadores brasileiros que se empenharam na elaboração e proposição de um projeto de LDB que correspondesse à transformação da educação brasileira.

Vislumbrou-se, desta maneira, a formação de competências, mediante o conceito de flexibilidade; requisitos necessários ao mundo produtivo, aspectos que se explicitam, por exemplo, com a adoção da pedagogia das competências, que está em conformidade com as exigências indicadas pela competitividade e habilidades cognitivas fundamentais, “[...] envolvendo o cálculo, a escrita, a leitura e a interpretação, reforçando, assim, um viés minimalista e pragmatista de formação humana a ser oferecida pela escola.” (NEVES, 1997 apud MARTINS, 2009, p. 123).

Frigotto e Ciavatta (2011, p. 624) evidenciam os princípios que foram definidos na década de 1990, quando ocorre a redefinição da ideologia do capital humano, “[...] mediante as noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade e empreendedorismo”. Esses dados são importantes para as análises sobre a formação pretendida no Ensino Médio e profissional, pois trazem um percurso histórico em que são apresentadas defesas para formação, cujos objetivos nem sempre são explicitados como pode ser esclarecido na seguinte fala:

Trata-se de noções que hipertrofiaram a dimensão individualista e a competição e induzem à formação aligeirada de jovens e adultos trabalhadores em cursos pragmáticos, tecnicistas e fragmentados ou a treinamentos breves de preparação para o trabalho simples, forma dominante a que somos condenados na divisão internacional do trabalho. E, de acordo com as necessidades do mercado, prepara-se uma minoria para o trabalho complexo (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2011, p. 624).

Kuenzer (2005), em suas análises, reforça os argumentos dos autores citados. Para ela, há uma apropriação das intenções de formação, assim como a difusão de características da educação politécnica na fase de organização toyotista do trabalho. Contraditoriamente, percebe-se que, se de um lado exigem-se trabalhadores com formação para atender à complexa organização de trabalho nesse modo de organização e gestão do trabalho, de outro, há a formação em níveis considerados básicos. Acresce-se a esta discussão o fato de que tanto as políticas educacionais quanto as que proporcionam a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, conforme discutido por Kuenzer (2005), posição com a qual concordamos, têm promovido um processo de inclusão excludente. Melhor delineando a questão, tal inclusão não tem contemplado o trabalhador com os direitos conquistados nas lutas realizadas pela classe trabalhadora. Ademais, estes não têm sido providos do conhecimento necessário para ter uma atuação profissional condizente com o que vem sendo exigido. Os objetivos presentes no Decreto 2.208/97 vão ao encontro de tais especificações:

I- promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas; II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação; III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1997).

Ou seja, tornar os sujeitos produtivos em todos os seus níveis para atuação no mercado. Tais encaminhamentos políticos iniciados no governo de Fernando Henrique Cardoso tiveram continuidade no governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, conforme explicitado anteriormente. No entanto, não podemos desconsiderar que, no governo Lula, as possibilidades de diálogo e reforço aos ideais de educação comprometida com a transformação social tornaram-se, ao menos, possíveis. Esse processo pode ser constatado com as inúmeras críticas ao Decreto 2.208/97 por parte de intelectuais que defendiam a educação com vistas à emancipação humana, o que levou à sua revogação em 2004, mediante o Decreto 5.154/2004. Com este último Decreto em cena, percebe-se ter ocorrido a possibilidade de desenvolvimento da educação profissional técnica de nível médio de forma articulada conforme pode ser verificado no seu artigo 4º.

Embora tenha havido avanços relativos à educação, entre eles a tentativa de rompimento da dualidade que acompanha o Ensino Médio, como a adoção do trabalho como princípio educativo por algumas redes estaduais de ensino, pressupõe-se, junto a estes

avanços a inegável predominância do ensino como meio de prover as necessidades do desenvolvimento econômico.

Perpassadas as questões macro, a fim de contextualizar e compreender os rumos da educação neste período, evidencia-se agora nossa questão inicial: Como as propostas de formação para o Ensino Médio e profissional paranaense foram apresentadas nas pesquisas publicadas nas reuniões regionais da ANPED regional Sul no período de 1998 a 2014? Tendo ciência das transformações pelas quais passava o Brasil, apresentamos a seguir um panorama das discussões enfocadas na ANPED SUL, contemplando-se o estado do Paraná.

Ensino médio na ANPED-SUL

Há que ser ressaltado que as pesquisas socializadas na ANPED Sul são desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Sul do Brasil, e que, portanto, é nestas reuniões que as mais recentes descobertas são comunicadas. A coleta de dados foi feita, desde a edição de 1998 até o ano de 2014, sendo um total de 10 edições de Reuniões que aconteciam anualmente, e que, a partir do ano 2000, passaram a ser realizadas a cada dois anos. Os referidos encontros tinham como objetivo:

[...] promover a socialização das produções dos PPGEs organizando um encontro de pesquisadores da Região Sul. Com esse intuito, o Seminário de Pesquisa estruturado para mapear e divulgar as investigações desenvolvidas sob a perspectiva de estabelecer bases para futuros intercâmbios, trocas de informações e de resultados de pesquisas (ANPED/SUL, 1998).

Impulsionado pela preocupação em socializar as pesquisas desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação do país na região Sul, o primeiro evento com o título Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul realizado em 1998 na cidade de Florianópolis/SC, cuja organização se deu pelo relativo isolamento que, segundo o site do evento, levava “[...] muitas vezes a um desconhecimento das atividades de pesquisa em Educação desenvolvidas ou a uma pouca articulação entre os pesquisadores.” (ANPED-SUL, 1998).

Para realizar a pesquisa, algumas etapas foram elencadas, primeiramente, selecionou-se o descritor: Ensino Médio. Definido o descritor, e localizados os artigos, procedemos à leitura dos resumos e palavras-chave. O segundo critério de seleção foram as pesquisas que contemplaram aspectos relacionados às políticas públicas direcionadas ao Ensino Médio, voltadas ao contexto paranaense de desenvolvimento. Ao todo, foram analisados quarenta trabalhos, sendo que apenas seis serão apresentados a seguir, pois abordavam a problemática

apresentada. Os demais, em sua maioria, se relacionavam aos processos didáticos e metodológicos direcionados ao Ensino Médio e, por esta especificidade apresentada, não foram utilizados.

Por não conter um eixo específico para o ensino médio nos eventos compreendidos entre 1998 e 2012, nos fixamos no GT - Educação e Trabalho, uma vez que o Ensino Médio está historicamente atrelado ao mundo do trabalho como uma das últimas etapas da educação básica com possibilidade de inserção nos processos de trabalho. O mesmo motivo nos fez contemplar o GT- Política educacional e gestão da educação, no qual se centram os desdobramentos das políticas para a educação básica.

Observamos que em algumas reuniões não encontramos artigos que tratam da temática¹, fato que causou estranhamento, mas, justificável, já que, conforme evidenciado anteriormente, nos anos de 1990, o Brasil foi palco de diversas modificações políticas, com o novo projeto que entrava em curso, o projeto neoliberal para a sociedade brasileira. Ressaltamos que, no ano de 1998, a política educacional foi modificada pela LDB 9.394/96 e pelas Diretrizes Curriculares muito recentes, aspectos que podem ter impedido a disseminação de pesquisas com os resultados desse processo.

Em continuidade, no evento ocorrido em 1999, foram encontrados dois textos, cujas discussões se relacionavam ao Ensino Médio: “Análise da Orientação Educacional e Profissional Frente às Políticas para o Ensino Médio no Estado do Paraná”, de Marta Silene Ferreira Barros (1999), e o de Sandra Teresinha da Silva (1999), “PROEM a Nova Política de Ensino Médio do Paraná”. Ambas as discussões giravam em torno das modificações político educacionais, ocorridas no Estado do Paraná, e pontuavam aspectos sobre o PROEM - Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio, uma parceria feita entre governo do Estado e Secretaria da Educação, cujo intuito foi possibilitar um georreferenciamento socioeconômico para habilitações profissionais no Paraná. Os dois evidenciavam o papel mediador dos organismos internacionais durante a implantação do PROEM, confirmando o viés neoliberal das políticas sociais, já destacados ao mencionarmos os encaminhamentos oriundos do Consenso de Washington, e colaboravam para uma leitura menos ingênua em relação às políticas para melhoria do Ensino Médio, suscitando a questão sobre quais os reais interesses por trás de determinadas políticas.

¹ II ANPED-SUL 1998, III ANPED-SUL 2000, V ANPED-SUL 2004; VI ANPED SUL 2006 e VII ANPED SUL 2008. Nas reuniões citadas não houve trabalhos que contribuíssem com o questionamento posto. Em sua maioria, as pesquisas se voltavam para docência em licenciaturas específicas desta etapa de ensino, como física, matemática, geografia, etc.

Em 2002, o IV Seminário de Pesquisa em Educação foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e, neste evento, selecionamos um trabalho no GT Gestão e políticas educacionais, intitulado “Ensino médio e reestruturação curricular a trajetória do CEG”, de Inge Renate Fröse Suhr (2002). O objetivo da autora foi compreender o processo de reestruturação curricular de uma escola em Curitiba, a partir da promulgação da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aliada à vertente neoliberal, na configuração do Capitalismo. Pontuando as modificações na organização do trabalho e a interferência de projetos internacionais, o Ensino Médio voltava-se ora para a profissionalização, ora para a formação propedêutica, preparatória para o ingresso no Ensino Superior. Com tais questões pontuadas, a autora, utilizando dados provindos de questionários aplicados a professores e alunos de um Colégio de Curitiba/PR, construiu um panorama que reflete a forma como, na escola, decorriam as leituras das orientações legais para o Ensino Médio, e que tipo de prática pedagógica seria possível naquela realidade. As reflexões tecidas sobre o panorama histórico do Ensino Médio no Brasil, no contexto em que a Lei 9.394/96 despontava, auxiliam a compreensão sobre como esta relação se efetivou naquele contexto escolar, com um parâmetro a respeito das vertentes pedagógicas assumidas pela política educacional na época. A análise da autora considerou que a escola vivenciava uma crise em relação à implementação do novo projeto de reestruturação curricular para o Ensino Médio, porquanto não havia certeza se a correção solicitada pela nova lei e realizada pela escola estava correta ou não, acabando por adotar uma perspectiva acrítica. Contudo, também foi constatada a possibilidade de modificar tal realidade, por meio da adoção de um discurso crítico, mesmo que limitado pelo contexto capitalista.

Em 2010, na VIII - ANPED SUL: Formação, Ética e Políticas: Qual Pesquisa, Qual educação?, foram levantados 12 trabalhos, e, dentre eles, destacamos: “O processo de reestruturação produtiva e a reforma do Ensino Médio: implicações para os trabalhadores”, de Isaura Monica Souza Zanardini (2010), Karina Griggio Hotz (2010) e Márcia Sabina Rosa (2010). Construindo um panorama entre a reestruturação produtiva, a sociedade e a educação, as referidas autoras pontuam a questão da educação e seu papel de formar o novo trabalhador, adaptado aos novos modos de produção, como uma condição ao aumento da mais valia, pautando-se na acumulação flexível. O resultado a que elas chegaram mostra que a reforma da educação básica se apresentava de forma decisiva nos anos de 1990, e viabilizou os interesses econômicos, cuja base é a exploração do trabalhador, colaborando para ampliação do entendimento de que a educação é a responsável pelo desenvolvimento econômico e ascensão social na sociedade. Naquele momento, as autoras verificaram desemprego em massa, mesmo

para aqueles portadores de diploma em curso superior, o que representa contrariedade em relação ao discurso adotado pela reforma realizada.

Entendemos que o desemprego é resultado das alterações estruturais do modo de acumulação capitalista, aspecto que tem influenciado no direcionamento das políticas para a educação que visa tanto a formar um cidadão adaptado aos interesses do mercado, quanto a conscientizá-lo de que a situação do desemprego se justifica pela falta da formação, aspecto que reforça a ideia de que a escola, a educação e a formação profissional é que vão solucionar o problema do desemprego.

Na ANPED SUL de 2012, no GT: Estado e Política Educacional, foram selecionados quatro trabalhos. Destes destacamos: “O PRONATEC e a relação Ensino Médio e educação profissional”, de Letícia de Luca Wollmann Saldanha (2012). Tal trabalho voltou-se às políticas paranaenses contidas na Política de Educação Profissional Técnica de nível médio, sugerida pelo MEC em 2011, especificamente na questão pontuada pelo programa, que visava à melhoria da qualidade do Ensino Médio. Os questionamentos feitos à luz dos argumentos arrolados pela autora suscitam um olhar crítico em relação a determinadas políticas para o ensino médio e possibilitam a percepção da necessidade de ampliação das discussões a respeito de tais programas. Segundo a autora, a possibilidade de atuação do setor privado no ensino visando sua melhoria, apenas usurpa investimentos públicos, promovendo a descontinuidade nos princípios de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional, e não resolve a questão posta pelo documento que justifica sua efetivação, não vencendo a problemática a respeito da qualidade do ensino público.

Na mesma edição do evento, no GT Educação e Trabalho, selecionamos três trabalhos. Um deles “Ensino médio integrado: limites, anseios e perspectivas no contexto da formação profissional”, de Ubiratan Augusto Domingues Batista (2012), foi feita uma análise nacional das políticas educacionais e suas influências diretas nas políticas estaduais paranaenses. Contribuiu, tecendo considerações sobre as modificações na legislação, dando especial destaque à transição do Decreto 2.208/97 para o Decreto 5.154/2004 que vislumbrava o ensino médio integrado à educação profissional, tendo em vista as propostas para o Ensino Médio que, no Paraná, naquele momento, passaria a adotar o trabalho como princípio educativo, o que colabora para a manutenção da racionalidade capitalista. Segundo ele, o cenário pedia propostas que se pautassem na criticidade, pontuando a compreensão de que apenas vontade política não garantiria a real aplicação de uma proposta crítica no contexto educacional, sendo que, no campo de aplicação, não houve ampliação das condições estruturais para execução da mesma. Em sua análise, o Estado capitalista não permitiria que

ideias antagônicas ao seu sistema fossem difundidas. Se utilizadas, tais teorias permitiriam a tomada de consciência dos sujeitos em relação às contradições que se apresentam na realidade social.

A discussão presente no artigo “Ensino Médio integrado: uma história de contradições”, de Maria Aparecida de Souza Bremer e Acácia Zeneida Kuenzer (2012), sobre o início da implementação do Ensino Médio integrado, estabelecido pelo Decreto 5.154/04 e pela Lei 11.741/04, abordava os princípios da integração entre ensino e trabalho, evidenciando como este foi sendo inserido nas propostas educacionais, na perspectiva da superação da dualidade estrutural. No contexto federal, a adoção de tais decretos representou importante conquista ao instituir legalmente o começo da escola unitária em nosso país. No governo de Roberto Requião, segundo as autoras, no Estado do Paraná, tais concepções tomavam corpo entre os anos 80 e início dos anos 90, princípios cujas bases se fundam em Marx e Gramsci, aspectos reforçados, no Governo Federal de Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto as autoras salientam que estávamos em um momento de “travessia”, e que a adoção de tais princípios precisam ser questionadas para que não fiquem apenas na utopia e se efetivem de fato.

O trabalho “Exigência de conclusão do Ensino Médio para o trabalho na indústria: sintoma do esvaziamento da qualidade da escola básica?”, de Inge Renate Fröse Suhr (2012) e Acácia Zeneida Kuenzer (2012), apresentou um panorama nacional por meio de dados provindos de entrevistas com trabalhadores e empresários, a fim de investigar as motivações que levaram a indústria a exigir a conclusão do Ensino Médio como pré-requisito para a contratação de seus funcionários. No estudo, as autoras verificaram que, apesar de haver a exigência, os trabalhadores se utilizavam mais do conhecimento prático e tácito na realização das tarefas desenvolvidas na indústria. Isso denotou a consideração de que a exigência do Ensino Médio se dá para que ocorra o desenvolvimento de um disciplinamento necessário à organização da produção flexível, aliado a um exaurimento de conteúdos. Entendemos que esse dado reforça a ênfase na justificativa da escola básica como instituição que visa a desenvolver uma sociabilidade que permita aos alunos conviver com outros e responder às exigências presentes na sociedade capitalista. Percebe-se que cabe à escola, para além de ensinar os conteúdos, também formar valores que são considerados necessários à sociedade e ao mercado de trabalho.

A pesquisa, na reunião da ANPED SUL, em 2014, marcou sua décima edição com um elemento novo: um grupo de trabalho voltado apenas para o Ensino Médio. Embora tenhamos encontrado 20 trabalhos com o descritor “ensino médio”, de modo geral, as

pesquisas apontavam para as seguintes preocupações: metodologias de ensino, evasão escolar juvenil, a conciliação entre trabalho e educação para o jovem.

Os dados encontrados nos trabalhos apresentados nas reuniões regionais da ANPED-Sul trazem contribuições importantes para a análise e discussão do Ensino Médio e profissional, além de permitirem verificar os encaminhamentos econômicos e políticos conferidos à educação como reflexo dos mesmos encaminhamentos desenvolvidos numa esfera mais ampla. Verificou-se, na análise, dados referentes à LDB 9.394/96, aos Decretos 2.208/97 e 5154/2004, e às diretrizes curriculares. Além das normativas os Programas desenvolvidos como PROEM e PRONATEC, dados referentes às esferas de governo estadual e federal foram mencionados. Com tais referências foi possível perceber existência da problematização da formação em direção oposta àquela exigida pelo mercado, e também, verificar os períodos em que ocorreram avanços e foram ouvidos os clamores da sociedade na direção de uma formação média e profissional que não estivesse direcionada apenas aos interesses do mercado.

Considerações

As reflexões sobre os trabalhos levantados e analisados tendo como norte a questão: Como as propostas para formação no ensino médio paranaense foram apresentadas nas pesquisas publicadas nas reuniões regionais da ANPED Sul, no período de 1998 a 2014? Sinalizam para a necessidade de ampliação das discussões em torno dos direcionamentos e adoção de políticas para o Ensino Médio, problematizando sempre o dito, firmado por instrumentos legais, pelo realizado. Espaços como a ANPED SUL devem ser mais utilizados, a fim de estimular e ampliar debates a respeito das melhores políticas para a educação, pensando-se no contexto em que cada uma delas ocorre.

No entanto consideramos a proposta para desenvolvimento do Ensino Médio e Profissional no Paraná, tendo por base o trabalho como princípio educativo, um avanço para a conquista da educação que visa à emancipação humana.

Não obstante, a forma como os trabalhos são apresentados clarificam o que está imbricado nas propostas para a formação dos sujeitos no Ensino Médio: a formação de mão de obra para servir ao desenvolvimento capitalista. As teorias que propõem a adoção do trabalho como princípio educativo são utilizadas parcialmente, na prática o que se verifica é a falta de estrutura e apoio para que tais políticas se efetivem. Conforme já demonstrado ao

longo do texto, o capitalismo não permitiria a efetivação de tais políticas integralmente, já que são contrárias aos seus ideais, porém é nosso papel evidenciar tais contradições.

Referências

BARROS, Marta Silene Ferreira. **Análise da orientação educacional e profissional frente às políticas para o ensino médio no estado do Paraná.** Disponível em <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Educacao_E_Trabalho/Trabalho/08_26_02_ANALISE_DA_ORIENTACAO_EDUCACIONAL_E_PROFISSIONAL_FRENTE_A_S_POLITICAS_PARA_O_ENSINO_MEDIO_NO_ESTADO_DO_PARANA.pdf>. Acesso em dezembro 2015.

BATISTA, Ubiratan Augusto Domingues. **Ensino médio integrado: limites, anseios e perspectivas no contexto da formação profissional.** Disponível em <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Trabalho_e_Educacao/Trabalho/09_21_37_3293-6587-1-PB.pdf>. Acesso em dezembro 2015.

BRASIL, Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996

_____. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em dezembro de 2015.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BREMER, Maria Aparecida de Souza. KUENZER, Acácia Zeneida Kuenzer. **Ensino médio integrado: uma história de contradições.** Disponível em <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Trabalho_e_Educacao/Trabalho/05_01_24_2217-6580-1-PB.pdf>. Acesso em dezembro 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Plano diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília, 1995. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo, PUC, 1979. 189p.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas de gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, 2007, p. 921-946.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>> Acesso em dezembro de 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul.-set. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a02v32n116.pdf>> Acesso em fev. de 2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis (Orgs) **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MELO, Marcelo Paula de. FALLEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia**: Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xama, 2005.

RAMOS, Géssica Priscila.. De figurante da educação básica à coadjuvante na política educacional brasileira: o ensino médio nos últimos dez anos. In: JEFFREY, D. C.; AGUILAR, L.E. (Org.). **Política Educacional Brasileira**: análises e entraves. 1ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2012, v., p. 59-79.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98=pb>> Acesso em dezembro de 2015.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional**. Disponível em <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>>. Acesso em dezembro 2015.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. CARVALHO, Lorena Sousa. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014. Disponível em<<http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7085>>. Acesso em dezembro de 2015.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: Trajetória, limites e perspectivas.** Campinas: Ed. Autores Associados, 1997.

SILVA, Sandra Teresinha Da. **PROEM: a nova política de ensino médio do Paraná.** Disponível em

<[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Politica_Educacional_E_Gestao_Da_Educacao/Trabalho/07_12_13_PROEM_A_NOVA_POLITICA_DE_ENSINO_MEDIO_D_O_PARANA_\(1\).pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Politica_Educacional_E_Gestao_Da_Educacao/Trabalho/07_12_13_PROEM_A_NOVA_POLITICA_DE_ENSINO_MEDIO_D_O_PARANA_(1).pdf)>. Acesso em dezembro 2015.

SUHR, Inge Renate Fröse. **Ensino médio e reestruturação curricular – a trajetória do CEG.** Disponível em <

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Gestao_e_politicas_educacionais/Trabalho/01_39_52_t628.pdf>. Acesso em dezembro 2015.

ZANARDINI ,Isaura Monica Souza. HOTZ , Karina Griggio. ROSA, Márcia Sabina. **O processo de reestruturação produtiva e a reforma do Ensino Médio: implicações para os trabalhadores.** Disponível em <

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Políticas_Publicas_e_Gestao_Educacional/Trabalho/09_20_41_O_processo_de_reestruturacao_produtiva_e_a_reforma_do_Ensino_Medio_implicacoes_para_os_trabalhadores.PDF> Acesso em dezembro 2015.